

mento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º – As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º – A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação."

Conforme se depreende da análise do dispositivo supracitado, as penas elencadas nos incisos I a IV são graduais e vão desde a advertência do contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo a "advertência" a penalidade cabível nos casos de infrações ou condutas irregulares leves; diametralmente oposta, está a "declaração de inidoneidade", que deve ser imposta quando o contratado praticar condutas demasiadamente gravosas, tendo violado normas da Administração ou **cláusulas contratuais**.

É cediço que todos aqueles que optam por participar de licitações devem observar os preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo. **Dentre eles, destacam-se as cautelas necessárias quanto à fiabilidade dos preços ofertados nas propostas** – e ratificados após a adjudicação dos itens ao vencedor – **bem como a certeza de que conseguirá fornecer os itens para os quais ofertou proposta, na quantidade prevista em edital, em evidente cumprimento às obrigações pactuadas**.

As consequências da inobservância dos cuidados acima especificados como ocorreram no presente caso, frustra a efetividade de todo o procedimento licitatório, desperdiçando inúmeros recursos públicos (pessoal, material e financeiro) em um processo que não alcança a finalidade perseguida. Soma-se a isso, todo o tempo decorrido no curso da licitação, que será novamente despedido com a realização de novo processo licitatório para satisfazer a necessidade da Administração pelos produtos e/ou serviços que não foram fornecidos.

Dessa forma, a imposição de multa pecuniária, ainda que possua previsão normativa para sua aplicação como penalidade administrativa, não guarda a devida proporcionalidade com a gravidade dos fatos ocorridos. Sua aplicação, na forma isolada não alcançaria as finalidades da sanção, inerentes à sua própria natureza, quais sejam: a repressão pela violação das normas, a reparação dos danos causados e a dissuasão da prática de condutas semelhantes. Em verdade, a penalidade de multa atingiria tão somente a finalidade de reparação dos prejuízos advindos da conduta irregular, contudo, não surtiria efeitos em relação às demais finalidades da sanção. Assim, a pena de multa só se mostraria factível se cumulado com alguma das outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme permissivo instituído pelo parágrafo segundo do supracitado artigo legal.

Nesse contexto, vale destacar a lição do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles, que ao tratar das consequências da inexecução dos contratos administrativos, preleciona que a "suspensão provisória ou temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração é sanção administrativa com que se punem os contratados que culposamente prejudiquem a licitação ou a execução do contrato, embora por fatos ou atos de menor gravidade. Se o infrator age com dolo ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (...)".

Destarte, considerando-se que a conduta perpetrada pela licitante é de média gravidade, a penalidade aplicável deverá ser aquela prevista nos incisos II e III do art. 87, da Lei 8.666/93.

Diante do que nos autos consta, decido pela aplicação de penalidade a empresa Ultramar Importação LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.571.010/0001-89, por ter inadimplido com a PMSC no contrato 147/2020, ao qual firmou compromisso de entregar coletes modular para uso exclusivo das equipes do BOPE. Logo a empresa descumpriu a cláusula 5ª do contrato, estando sujeita as penalidades contratuais e legais.

Fixo a pena pecuniária em 10% sobre o valor do contrato inadimplente, qual seja o valor de R\$ 3.707,25 (três mil setecentos e sete reais e vinte e cinco centavos), com força na cláusula 8ª, alínea b do contrato, bem como a suspensão temporária de participação em

licitação e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de 03 (três) meses, firmado no inciso III, alínea e da referida cláusula. A pena de suspensão será contada a partir da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Determino à Seção de PAIC:

Publique a decisão em Boletim Interno da DALF;

Publique a decisão no DOE;

Intime a Empresa da presente decisão, concedendo prazo de 05 dias úteis para recurso hierárquico;

Decorrido o prazo do item 3, sem manifestação, certifique nos autos e expeça a guia de depósito identificado, para pagamento da multa pecuniária em 30 dias;

Decorrido o prazo do item 4, sem o pagamento da multa, requeira a inclusão da empresa no Cadastro de Dividas Ativas – CDA;

Tramitem os autos para a Divisão de Contratos para que seja executado a rescisão contratual.;

Cumprido o item 6, retorne os autos para Seção de PAIC.

Florianópolis, 10 de setembro de 2023.

André Cartaxo Esmerado

Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 943941

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

Processo SGP-e PMSC 30192/2023

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado para investigar a possível inadimplência da empresa MISERVI ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO LTDA, CNPJ nº 79.391.157/0001-45, com base na documentação encaminhada pelo fiscal do contrato nº 409/PMSC/2022.

Por meio do Ofício PMSC 32867/2023 (pág. 02/05), o Comandante do Colégio Militar – Unidade Laguna apontou diversas irregularidades possíveis na execução do contrato, a saber:

1. Falta de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e referentes aos FGTS.
2. Não pagamento do reajuste do vale-alimentação, conforme a convenção coletiva 2023/2023.
3. Atraso no pagamento dos salários de março de 2023.
4. Não pagamento da diferença salarial referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2023, de acordo com a Convenção coletiva.
5. Pagamento de salário inferior a uma das colaboradoras sem justificativa.
6. Falta de pagamento de insalubridade para as colaboradoras que atuam como cozinheiras.

As páginas 44 a 48 incluem cópias das notificações enviadas pelos fiscais do contrato à empresa. Nas páginas 51 a 64, foi anexado um laudo técnico das condições ambientais de trabalho - LTCAT 2022, que a empresa usou para justificar a não concessão da verba de insalubridade aos colaboradores que trabalham como cozinheiras. Nas páginas 73 a 88, o Soldado PM Rodrigo Reis - Auxiliar da Seção de PAIC, solicitou à empresa esclarecimentos sobre as divergências encontradas no LTCAT. Na página 89, o Sr. Diego Alonso respondeu aos questionamentos, alegando que o grupo de cozinheiras executa atividades salubres.

Em resposta às perguntas formuladas, o Sr. Renan Rosset Moreira, Jurídico da empresa, enviou um e-mail com o LTCAT atualizado, assegurando que o novo documento resolveu os problemas apontados no Ofício enviado pelo Auxiliar da Seção de PAIC.

Entre as páginas 113 e 143, o fiscal do contrato encaminhou um LTCAT assinado pelo Médico do Trabalho Roberto Hamada, solicitado pela APP do Colégio Militar de Laguna.

O Auxiliar da Seção formulou novas perguntas ao Jurídico da empresa entre as páginas 144 e 146, que foram respondidas por Sr. Diego Alonso, Técnico em Segurança do Trabalho, nas páginas 155 e 156. Após esclarecimentos considerados necessários, o Sr. Coronel Diretor da DALF emitiu a Portaria de abertura do PAIC na página 157. A empresa foi formalmente intimada para apresentar defesa prévia e indicar provas na página 158.

A defesa prévia foi anexada às páginas 165 a 171, na qual a empresa pleiteou o arquivamento do processo, alegando que as irregularidades foram resolvidas e que as questões relacionadas ao LTCAT foram sanadas. Após análise da defesa prévia, o Auxiliar da Seção, nas páginas 172 a 174, em um despacho fundamentado, solicitou novos esclarecimentos à empresa no prazo de 5 dias úteis. O Jurídico da empresa solicitou uma prorrogação de prazo por mais 5 dias úteis, que foi concedida.

Em 17 de agosto de 2023, o Sr. Renan, Jurídico da empresa, solicitou o cardápio servido no Colégio nos últimos 30 dias. No mesmo dia, o pedido foi indeferido, pois não estava relacionado

ao fato sob investigação nos autos.

A Sra. Josiane Rode Goetten de Lima, entre as páginas 180 e 191, apresentou uma nova manifestação, requerendo o arquivamento do processo. Entre as páginas 230 e 231, foi tomado o depoimento do Médico do Trabalho Lucemar Palhano Prestes, o profissional que supostamente assinou os LTCATs fornecidos pela empresa sob investigação.

É o breve relatório.

A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Para tanto deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico na TCU.

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei nº 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara]

Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com suas obrigações. E ainda mais, se verificada possível irregularidade, o fiscal deve encaminhar o fato a quem de direito para analisar e, se for o caso, instaurar o procedimento apuratório/sancionador.

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.

Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

Corroborando com o que foi dito, a Lei nº 8.666, de 1993 traz vários dispositivos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos arts. 41, 76, 77, 81, 86, 87, dentre outros. Além do dever já mencionado, o contrato ora apurado é de terceirização de serviço, cabendo cuidados redobrados na fiscalização, para que em decorrência da inobservância do dever de fiscalização, não venha no futuro a Administração Pública não seja responsabilizada subsidiariamente.

O Supremo Tribunal Federal definiu que a mera inadimplência da empresa prestadora de serviços não deve transferir para a administração direta, indireta e fundacional, a responsabilidade pelo pagamento das verbas trabalhistas. Todavia, havendo omissão da Administração Pública na fiscalização dos contratos, há ensejo para a responsabilidade subsidiária.

Sendo assim, a instauração do presente processo tem por finalidade não somente apurar o possível inadimplemento, como também, salvaguardar a Administração Pública de possível responsabilização subsidiária.

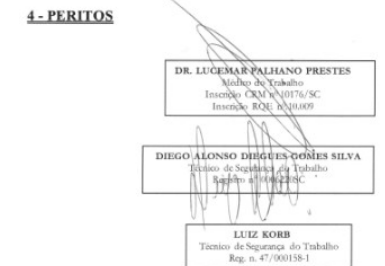
Feitas essas considerações, passo a analisar as inadimplências. A empresa, em suas manifestações, alega que as irregularidades apontadas pelo fiscal do contrato foram devidamente sanadas. Entretanto, isso, por si só, não é suficiente para extinguir a inadimplência contratual ora existente.

O representante da empresa afirma que as notas fiscais foram liquidadas, e, de fato, elas foram. No entanto, o pagamento não exclui a responsabilidade da empresa, uma vez que o contrato prevê o envio mensal dos documentos elencados na cláusula quinta do contrato 409/2022, firmado entre as partes. A verdade é que a liquidação das notas fiscais sem o devido cumprimento das obrigações impostas à contratada é uma mera falha por parte do fiscal do contrato, mas não se pode em hipótese alguma afirmar que tal omissão é suficiente para excluir eventuais inadimplências perpetradas pela contratada. Além disso, conforme os documentos apresentados nos autos, a empresa enviou as documentações em atraso, o que demonstra sua inadimplência contratual.

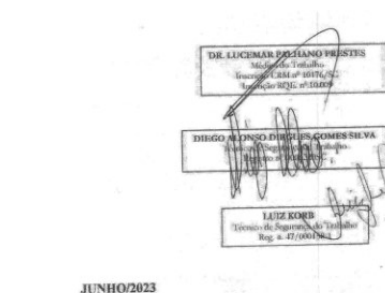
Além das inadimplências apuradas no curso do processo, foi constatada uma situação mais grave: a falsificação de documento. No dia 7 de março de 2023, às 16:40 horas, a senhora Thayse Pereira enviou, por meio do endereço de e-mail gerenciadubaraao@empresasminister.com.br, um arquivo em PDF intitulado "LTCAT – Escola Militar Laguna 23". Esse documento estava assinado pelo médico do trabalho Lucemar Palhano Prestes - CRM 10176/SC e pelo Técnico de Segurança do Trabalho Diego Alonso Diegues Gomes Silva - Registro nº. 0006220SC.

Após a constatação de diversas divergências no laudo pelo Auxiliar da Seção de PAIC, a empresa foi questionada e respondeu com um segundo laudo, denominado de "laudo atualizado". Esse novo documento sanou, em tese, todos os pontos questionados pelo Soldado Reis. No entanto, a assinatura do médico que elaborou o documento estava divergente em relação ao primeiro apresentado pela empresa.

PRIMEIRO LAUDO

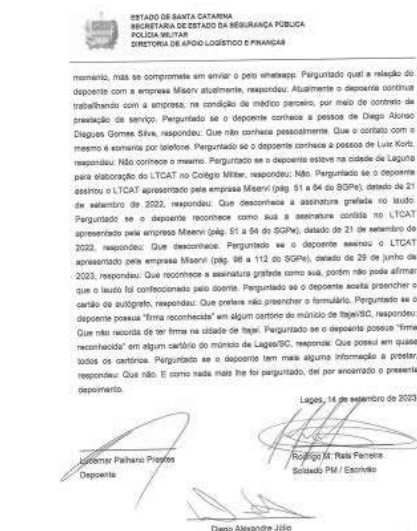
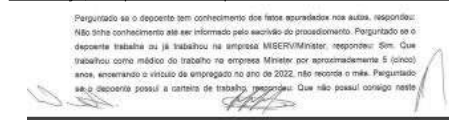


SEGUNDO LAUDO



Nota-se que em ambos os documentos o médico perito é o mesmo; no entanto, as assinaturas estão divergentes, sendo notável que sequer se assemelham.

Diante da divergência constatada, foi obtido o depoimento pessoal do médico Lucemar Palhano Prestes, o qual afirmou que a primeira assinatura não é dele. Quanto à segunda assinatura, embora a reconheça, não pode afirmar que de fato emitiu o referido laudo.



Ora, não há qualquer dúvida quanto à falsificação do primeiro laudo apresentado pela empresa, e persistem incertezas quanto à veracidade do segundo laudo, como afirmou o próprio médico Lucemar Palhano.

Nessa toada, salvo melhor juízo, me parece que se está diante de crimes tipificados nos artigos 297 e 304 do Código Penal, os quais prevê como falsificação de documento público e uso de documento falso, respectivamente.

Sobre o tema ora aventado, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu:

APELAÇÃO CRIMINAL. FALSIFICAÇÕES DE DOCUMENTO PÚBLICO E USO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ART. 297, C/C O 304). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DO ACUSADO. 1. CABIMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO FORMULADO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. 2. FALSIFICAÇÕES DE DOCUMENTO PÚBLICO, AUTORIA E MATERIALIDADE. PALAVRAS DO EMPREGADOR E DE TESTEMUNHA. IMAGENS DOS ATESTADOS MÉDICOS. SISTEMA. 3. DESCLASSIFICAÇÃO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PRIVADO. ATESTADO MÉDICO. SUS. POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL. 4. PENA DE MULTA. PROPORCIONALIDADE. 5. REGIME. MAUS ANTECEDENTES (CP, ART. 33, CAPUT, §§ 2º, "C", E 3º). REINCIDÊNCIA. SEMIABERTO. 6. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. REINCIDÊNCIA NÃO ESPECÍFICA (CP, ART. 44, § 3º). ANTECEDENTES CRIMINAIS. 7. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. QUALIFICAÇÃO. RENDA MENSAL. REPRESENTAÇÃO POR DEFENSOR PÚBLICO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. PENA DE MULTA ALTERADA DE OFÍCIO. (TJSC, Apelação Criminal n. 5000710-24.2021.8.24.0011, Rel. Sérgio Rizelo, Segunda Câmara Criminal, j. 18-07-2023).

Com base em todas as informações contidas nos autos, fica claro que a empresa está em situação de inadimplência em relação ao contrato estabelecido com a PMSC, e ainda há a questão da falsificação de documento. Portanto, não há outra alternativa senão aplicar a sanção administrativa.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 87, estabelece as sanções que a Administração pode impor aos contratantes vencedores de processos licitatórios.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I ☐ advertência;
- II ☐ multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III ☐ suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV ☐ declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Além da previsão legal, é importante observar que o contrato 409/PMSC/2022, em sua cláusula nona, estabelece as sanções administrativas aplicáveis. Portanto, tanto a legislação (Lei 8.666/93) quanto o contrato em questão respaldam a imposição de sanções diante das irregularidades e inadimplências constatadas.

CLÁUSULA NONA – Das Sanções Administrativas
O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência:
A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando a contratada descumprir qualquer obrigação.

II – Multa:
a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qual quer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:
A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

IV – Declaração de inidoneidade:
Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a

Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.
§ 2º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 337-F do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

§ 3º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada (Cadastro de Fornecedores do Estado de Santa Catarina - CCF).

§ 4º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Conforme se depreende da análise dos dispositivos mencionados, as penalidades elencadas são graduais, variando desde uma advertência ao contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. A "advertência" é aplicada em casos de infrações ou condutas leves, enquanto a "declaração de inidoneidade" é reservada para situações em que o contratado comete condutas gravemente prejudiciais, violando normas da Administração ou cláusulas contratuais.

No presente caso, a empresa descumpriu a obrigação contratual estabelecida na cláusula primeira, § 2º, conforme destacado pelo Chefe da Divisão de Contratos (página 65). Portanto, em razão do não cumprimento dessa obrigação contratual, aplico a penalidade de multa no valor de 20% sobre o montante do contrato, conforme previsto na cláusula nona, inciso II, alínea c do contrato 409/PMSC/2022. O valor total do contrato é de R\$ 1.370.390,40 (Um milhão, trezentos e setenta mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos), portanto, a multa pecuniária é estabelecida em R\$ 274.078,08 (Duzentos e setenta e quatro mil e setenta e oito reais e oito centavos).

Entretanto, a imposição de uma multa pecuniária, por si só, não guarda a devida proporcionalidade com a gravidade dos fatos ocorridos neste caso. A aplicação isolada da multa não atingiria plenamente as finalidades das sanções administrativas, que incluem a repressão pela violação das normas, a reparação dos danos causados e a dissuasão da prática de condutas semelhantes.

Na verdade, a pena de multa seria eficaz somente se fosse cumulada com uma das outras sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, conforme permite o parágrafo segundo desse mesmo artigo. Nesse contexto, é relevante destacar a orientação do respeitável doutrinador Hely Lopes Meirelles¹, que, ao abordar as consequências da inexecução dos contratos administrativos, ensina que:

"a suspensão provisória ou temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração é sanção administrativa com que se punem os contratados que culposamente prejudiquem a licitação ou a execução do contrato, embora por fatos ou atos de menor gravidade. Se o infrator age com dolo ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (...)"

Considerando a alta gravidade da conduta da licitante, é imperativo determinar uma penalidade apropriada, em conformidade com os incisos II e III do artigo 87 da Lei 8.666/93 e a Cláusula Nona do Contrato.

Também é essencial que a aplicação da penalidade esteja fundamentada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, buscando equilibrar a gravidade da infração com a medida punitiva. Após uma análise minuciosa dos elementos presentes nos autos, decido impor uma penalidade composta, que inclui uma multa e a suspensão do direito de participar de licitações pelo período de 2 (dois) anos, com base no artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93 e na Cláusula Nona, inciso III, alínea e do contrato 409/PMSC/2022. A punição de suspensão se justifica pelo fato de a empresa ter falsificado o LTCAT, como evidenciado no processo. Por fim, com base em todas as informações presentes nos autos, determino a rescisão unilateral do presente contrato.

Determino à Seção de PAIC as seguintes providências:

1. Publicar a decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
2. Intimar a Empresa sobre a presente decisão, concedendo prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso hierárquico, conforme estabelecido no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93;
3. Anexa a intimação da decisão, a guia de depósito identificado, para recolhimento da multa pecuniária, no prazo de 30 dias, no importe de R\$ 274.078,08 (Duzentos e setenta e quatro mil e setenta e oito reais e oito centavos), se não houver interposição de recurso;
4. Dê ciência da presente decisão aos comandantes dos colégios afetados e ao Subcomandante da APMT;
5. Havendo interposição de recurso, certificar a tempestividade do mesmo;
6. Inserir esta decisão no Cadastro de Penalidades (CADPEN), independentemente de interposição de recurso;
7. Esgotado o prazo previsto no item 2 sem interposição de recurso, certifique nos autos e remeta o SGPe à Divisão de Contratos para proceder com a rescisão contratual e após retornem à Seção de PAIC;
8. Não havendo interposição de recurso e esgotado o prazo para recolhimento da multa (item 3), certifique nos autos e requeira a

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 36ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 248/249.

inclusão da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina. (CDA);
9. Encaminhe cópia integral do processo ao: Delegacia Regional de Itajaí, Ministério Público da comarca de Itajaí, Ministério do Trabalho e Emprego e Conselho Regional de Medica.
Isto feito archive-se.

Florianópolis, 12 de outubro de 2023.

André Cartaxo Esmerado
Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 944441

Polícia Civil

PORTARIA Nº 2549/GAB/DGPC/PCSC de 11/10/2023
O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, com base na competência delegada pelo art. 11, do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, em cumprimento à decisão judicial dos autos nº 5016337-85.2022.8.24.0091/SC e conforme os termos do processo PCSC nº 98503/2023, em ato realizado no dia 02/10/2023 com efeitos financeiros a contar de 27/09/2023, **RESOLVE**, nos termos da Lei nº 6.843, de 28/07/1986, **PROMOVER**, com 15 dias de trânsito, a contar da data de publicação desta portaria, ao cargo de:

Delegado de Polícia Civil de Entrância Especial

Nome	Matrícula	Destino	Origem
RUI ORESTES KUCHNIR	0308562-7-01	DPCAM JARA-GUA DO SUL	DPCO CANOINHAS

Florianópolis, 11 de outubro de 2023

ULISSES GABRIEL
Delegado-Geral da Polícia Civil
(**república por incorreção**)

Cod. Mat.: 944338

PORTARIA Nº 2565/GAB/DGPC/PCSC de 16/10/2023
O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, com base na competência delegada pelo art. 11, do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, considerando o Processo de Promoção de 01/10/2023 do Subgrupo Autoridade Policial, nos termo do PCSC 00075415/2023, **RESOLVE**, nos termos da Lei nº 6.843, de 28/07/1986, **PROMOVER POR ANTIGUIDADE**, com 15 dias de trânsito, a contar da data de publicação, ao cargo de:

Delegado de Polícia Civil de Entrância Especial

Nome	Matrícula	Destino
MARCEL ARAUJO DE OLIVEIRA	0363053-6-02	1ª DP DE JOINVILLE
JAIR PEREIRA DUARTE	0392468-8-01	CPP DE CRICIÚMA
RAFAELLO ROSS	0392511-0-01	DPCAMI DE JOINVILLE
MICHELE ALVES CORREA REBELO	0300229-2-02	1ª DP DE SÃO JOSÉ
ALINE HERMES ZANDONAI	0328285-6-02	DPCO DE PALHOÇA
LUIZ CARLOS CARDOSO JEREMIAS FILHO	0356705-2-01	DPCO DE TUBARÃO
ODAIR ROGERIO SOBREIRA XAVIER	0392502-1-01	DPCO DE BRUSQUE
MARCOS ITO OKUMA	0392499-8-01	DPCAMI DE ITAJAÍ
ANTONIO LUCAS FERREIRA PINTO	0392444-0-01	CPP DE LAGES
ALONSO MORO TORRES	0292002-6-01	DPCO DE BRUSQUE
WANDERSON ALVES JOANA	0392515-3-01	DPCO DE JARAGUÁ DO SUL
DANIEL GARCIA	0392469-6-01	DPCAMI ITAJAÍ
ALBERT DIEISON SILVEIRA	0392430-0-01	CPP DE CHAPECÓ
ELIESER JOSE BERTINOTTI	0378437-1-01	5ª DP DE JOINVILLE
FABIANO HENRIQUE SCHMITT	0307673-3-01	DPCAMI DE LAGES
RAPHAEL BARBOZA	0358981-1-01	CPP DE LAGES
DANIEL FERREIRA DIAS	0392470-0-01	CPP DE SÃO JOSÉ
PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO	0392506-4-01	CPP DE ITAJAÍ
ANTONIO MARCIO CAMPOS NEVES	0392447-5-01	CPP DE CRICIÚMA

JULIANO CESAR TUMITAN	0392491-2-01	DPCAMI DE RIO DO SUL
ADRIANO SPOLAOR	0392407-6-01	DPCAMI DE BRUSQUE
RAFAEL MARIN IASCO	0392508-0-01	CPP DE CRICIÚMA
FERNANDO DE FAVERI	0392477-7-01	DPCAMI DE BRUQUE
BRICIA CAROLINA COSTA E ROSA	0392451-3-01	CPP DE LAGES
FABIO MOREIRA OSORIO	0392476-9-01	CPP DE ITAJAÍ
RICARDO SAROLDI CHAVES	0392513-7-01	4ª DP DE JOINVILLE
CELSO PEREIRA DE ANDRADE	0358001-6-02	CPP DE ITAJAÍ
ISABEL CRISTIANE FRIGHETO FAUTH	0392467-0-01	CPP DE SÃO JOSÉ
BRUNO RICARDO VAZ MARINHO	0392455-6-01	DPCAMI DE PALHOÇA
LUIZ EDUARDO MELLO DA CUNHA GASPAR	0378402-9-01	CPP DE SÃO JOSÉ

Delegado de Polícia Civil de Entrância Final

Nome	Matrícula	Destino
FLAVIO COSTA GORLA	0658506-0-01	DPCO DE ARARANGUÁ
JOAO ADOLPHO FLEURY CASTILHO	0658546-9-01	DPCO DE SÃO JOÃO BATISTA
GUSTAVO HENRIQUE REIS FAGUNDES PEREIRA	0658505-1-01	DPCO DE NAVEGANTES
EGIDIO MACIEL FERRARI	0659057-8-01	DPCO DE TIMBÓ
LUANA VIRGINIA CARDOSO JOCA	0357611-6-03	DPCO DE BRAÇO DO NORTE
DANILO BESSA BRIHLANTE	0662826-5-01	DPCO DE ORLEANS
MILENA DE FATIMA ROSA	0953132-7-01	DPCO DE BARRA VELHA
GUSTAVO GIGLIOTTI MURJO	0953605-1-01	DPCO DE URUSSANGA
JOAO LUIZ MIOTTO	0953573-0-01	DPCO DE MARAVILHA
DANIELA ELISA DE SOUZA BRUCE	0650254-7-01	DPCO DE IBIRAMA
DANILO BANDEIRA VALDETARO	0658327-0-01	DPCO DE IÇARA
GEORGIA MARRIANNY GONCALVES BASTOS	0658661-9-01	DPCO DE ARAQUARI
FABIANO DOS SANTOS SILVEIRA	0953580-2-01	DPCO DE ARAQUARI
RAQUEL DE SOUZA FREIRE	0929193-8-02	DPCO DE URUSSANGA
INARA DANIELLE MARQUES DRAPALSKI	0953572-1-01	DPCO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
WALTER ANDRE MIADAIRA WATANABE	0953603-5-01	DPCAMI DE ARARANGUÁ
GIOVANI ANGELO DAMEITTO	0953582-9-01	DPCAMI DE VIDEIRA
RODRIGO MARTINEZ CORREA	0953636-1-01	DPCO DE CAÇADOR
ANDREIA DOS SANTOS DORNELLES	0953569-1-01	DPCO DE TROMBUDO CENTRAL
FLAVIA GONCALVES CORDEIRO	0953579-9-01	DPCO DE ITUPORANGA
BRUNO SINIBALDI	0953578-0-01	DPCO DE RIO NEGRI-NHO
WILLIAM CEZAR SALES DOS SANTOS	0292034-4-01	DPCO DE SÃO JOAQUIM
ROCHELL AMARAL DA SILVA	0322725-1-01	DPCAMI DE SÃO JOAQUIM
CRISTIANO SOUSA	0392521-8-01	DPCO DE SÃO JOAQUIM
YURI JUNIEH MIQUELUZZI	0392528-5-01	DPCO DE CAÇADOR
VAGNER TIAGO RAMOS PAPINI	0392311-8-01	DPCO DE XAXIM
JACKSON GUASELLI PESSOA	0383218-0-02	DPCAMI DE CAÇADOR
EDUARDO DE MENDONÇA	0928320-0-02	DPCO DE PORTO UNIÃO

JOHN VIEIRA	0928378-1-02	DPCO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
-------------	--------------	-----------------------------

Delegado de Polícia Civil de Entrância Inicial

Nome	Matrícula	Destino
ADRIANO BONI	0658569-8-01	DPCO DE GARUVA
ANDRE SANT ANNA AMARANTE	0658337-7-01	DPCO DE PRESIDENTE GETÚLIO
JULIANA CINTIA DE SOUZA TRIDAPALLI	0312888-1-03	DPCO DE TAIÓ
FLAVIO LIMA E SILVA JUNIOR	0981428-0-01	DPCO DE LAURO MULLER
FERNANDA GOLIN LUIGGI	0981429-9-01	DPCO DE BOM RETIRO
PEDRO RAMON LUCAS ALVES	0981537-6-01	DPCO DE LAURO MULLER
RAFAEL GOMES DE CHIARA	0983898-8-01	DPCO DE SANTA ROSA DO SUL
PAULO ALEXANDRE SCHROEDER FREYESLEBEN E SILVA	0322895-0-01	DPCO DE RIO DO CAMPO
JULIANA DE FREITAS ZAPPELINI	0379123-8-01	DPCO DE TURVO
GUSTAVO KREMER	0378481-9-01	DPCO DE SANTA ROSA DO SUL
ANDRE GUSTAVO MARAFIGA COSTA	0974184-4-02	DPCO DE MODELO
RICARDO LEAL KELLERTER NETO	0981145-1-01	DPCO DE BOM RETIRO
SANDRO ZANCANARO	0992290-3-01	DPCO DE ITAPIRANGA
UILIAM SOARES DA SILVA	0992275-0-01	DPCO DE SÃO CARLOS

Florianópolis, 16 de outubro de 2023

ULISSES GABRIEL
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 944339

PORTARIA Nº 2566/GAB/DGPC/PCSC de 16/10/2023
O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, com base na competência delegada pelo art. 11, do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, considerando o Processo de Promoção de 01/10/2023 do Subgrupo Autoridade Policial, nos termos do PCSC 00075415/2023, **RESOLVE**, nos termos da Lei nº 6.843, de 28/07/1986, **PROMOVER POR MERECIMENTO**, com 15 dias de trânsito, a contar da data de publicação, ao cargo de:

Delegado de Polícia Civil de Entrância Especial

Nome	Matrícula	Destino
JULIANA RENDA GOMES	0392488-2-01	1ª DP DE SÃO JOSÉ
THIAGO COSTA	0392514-5-01	DPCAMI DE PALHOÇA
MAURICIO PRETTO	0392501-3-01	CPP DE CRICIÚMA
LEONARDO MARCONDES MACHADO	0392493-9-01	DPCO DE RIO DO SUL
WESLEY ALMEIDA ANDRADE	0392516-1-01	2ª DP DE CHAPECÓ
BRUNO EFFORI	0392452-1-01	CPP DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
DAVYD DE OLIVEIRA GIRARDI	0392471-8-01	DPCO DE PALHOÇA
MARCELO ARRUDA ALMEIDA	0392496-3-01	DPCO DE PALHOÇA
LUIS OTAVIO POHL-MANN	0392494-7-01	CPP DE CRICIÚMA
FLAVIA RIGONI GONCALVES	0392887-0-02	1ª DP DE BLUMENAU

Delegado de Polícia Civil de Entrância Final

Nome	Matrícula	Destino
ERIC ROSADA	0658670-8-01	DPCO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
RAPHAEL JOHANN GIORDANI	0953575-6-01	DPCO DE IÇARA
FABIO LUCIO BAJA	0953581-0-01	DPCO DE SÃO FRANCISCO DO SUL